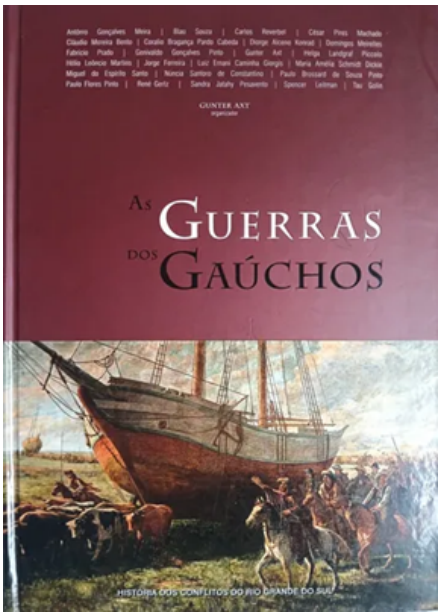
FRONTEIRA SUL EM RESENHA * 3/2026
ISSN 3086-6634

LINHAS DE SANGUE E TINTA: A CARTOGRAFIA COMO ARMA NA GUERRA GUARANÍTICA

Pedro Martins Piergentile[1]
Luana Carla Genz Correa[2]

Referência:
GOLIN, Tau. A Guerra guaranítica (1753-1756). In: AXT, Gunter (Org.). **As guerras dos gaúchos**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 45-55.



O capítulo "A Guerra Guaranítica (1753-1756)", de Tau Golin, está presente na coletânea de *As guerras dos gaúchos*, livro organizado pelo historiador e Doutor em História Social Gunter Axt. Nele, Golin, historiador reconhecido por seus estudos sobre a história do sul do Brasil, analisa a Guerra Guaranítica, ocorrida na metade do século XVIII e que envolveu

[1] Acadêmico de Medicina - UFFS - Campus Chapecó - pedrotins06@gmail.com
[2] Acadêmica de Medicina - UFFS - Campus Chapecó - luanagez@gmail.com

principalmente os povos indígenas guaranis e as coroas ibéricas (Portugal e Espanha), em um contexto marcado por disputas territoriais e imposições políticas decorrentes de acordos internacionais.

Ao longo do texto, o autor propõe uma interpretação que vai além da simples descrição dos confrontos armados. Ele também busca compreender o conflito a partir de suas múltiplas dimensões políticas, territoriais e estratégicas. Nesse sentido, o autor destaca a centralidade da cartografia como instrumento fundamental na definição de fronteiras, na condução de negociações diplomáticas e no planejamento das ações militares, demonstrando como o conhecimento geográfico desempenhou papel decisivo nas disputas coloniais (p. 45-55).

A origem do conflito está diretamente relacionada ao Tratado de Madri. Segundo o historiador, "o conflito esteve inserido no corolário do Tratado de Madri, de 1750, na demarcação de limites entre os territórios coloniais de Portugal e da Espanha" (p. 47). Esse tratado redefiniu os limites territoriais na América do Sul com base no princípio do "uti possidetis", pelo qual cada coroa teria direito às terras efetivamente ocupadas. Essa redefinição implicava a transferência das reduções jesuíticas espanholas da margem esquerda do rio Uruguai, território que agora passava aos domínios portugueses, para a margem direita, o que exigiu o deslocamento forçado de milhares de indígenas guarani que viviam sob a administração das missões jesuíticas. Tal imposição recebeu uma forte resistência por parte dos povos indígenas e contribuiu para o desencadeamento da chamada Guerra Guaranítica. Nesse contexto, os guarani assumiram papel ativo no conflito e se organizaram de forma a resistir às determinações coloniais. Embora o texto não detalhe amplamente as experiências indígenas, o autor evidencia que esses grupos não foram passivos diante das imposições externas, mas agentes que buscaram defender seus territórios e modos de vida. Junto a isso, o autor demonstra que a atuação das missões jesuíticas também foi relevante, tanto na organização das comunidades, quanto na produção de conhecimento sobre a região.

A cartografia aparece como elemento central da análise. Conforme afirma Golin, a Guerra Guaranítica estimulou representações "indissociavelmente, pela cartografia, pelo texto [...] e pela iconografia" (p. 47). Isso ajuda a demonstrar que mapas, relatórios e representações visuais não apenas registravam o território, mas também funcionavam como instrumentos de poder utilizados para legitimar reivindicações territoriais e

orientar estratégias políticas e militares. Assim, a produção cartográfica estava longe de ser neutra, ela é marcada por disputas interpretativas, interesses políticos e ideológicos e divergências técnicas, especialmente na definição de limites naturais, como rios e acidentes geográficos (p.47 - 48).

Além disso, o texto apresenta a atuação de diversos agentes históricos envolvidos nesse processo. Como, por exemplo, os cartógrafos responsáveis pela elaboração de mapas, os demarcadores encarregados da delimitação das fronteiras, as autoridades políticas envolvidas nas negociações diplomáticas e os militares que utilizavam o conhecimento geográfico como suporte para as campanhas bélicas. Esse alto nível de organização reforça a ideia de que a Guerra Guaranítica deve ser compreendida como um fenômeno complexo que, para além da produção e da utilização estratégica do conhecimento sobre o território, envolve a articulação direta entre diversos agentes e interesses políticos.

Do ponto de vista crítico, a principal contribuição do capítulo está na compreensão da cartografia como instrumento de poder no contexto colonial. Ao romper com a visão tradicional que considera os mapas como representações neutras da realidade, Golin associa-se às abordagens contemporâneas da historiografia e da geografia crítica, que entendem o conhecimento científico como socialmente produzido e orientado por interesses específicos. O capítulo permite refletir sobre a relação entre conhecimento e poder no contexto da colonização da América do Sul, ao destacar a cartografia não apenas como técnica representativa do espaço, mas como instrumento de apropriação e controle. Um exemplo claro dessa relação de poder e da falta de neutralidade cartográfica foi a delimitação imposta pelo Tratado de Madri de 1750, referido anteriormente, que obrigou a transferência dos "Sete Povos das Missões" da margem esquerda do rio Uruguai para a margem direita. Nesse caso, a linha desenhada no mapa pelos cartógrafos não apenas representou o território, mas impôs uma nova realidade política que ignorou a ocupação secular dos Guarani, transformando o mapa em uma ferramenta direta de viabilização da violência estatal e do deslocamento forçado, demonstrando que o traçado cartográfico servia aos interesses de expansão colonial em detrimento das populações locais. Dessa forma, a Guerra Guaranítica revela como decisões políticas e diplomáticas tomadas no contexto europeu tiveram impactos profundos nas populações locais,

principalmente nos povos indígenas que foram submetidos a deslocamentos forçados e à violência.

Portanto, a análise desenvolvida por Tau Golin constitui uma contribuição relevante para os estudos sobre a América colonial, ao evidenciar a cartografia como instrumento de poder no contexto das disputas territoriais e da construção do conhecimento geográfico. O texto apresenta notável consistência analítica e relevância acadêmica, sendo fundamental para a compreensão da formação territorial sul-americana e das relações entre ciência, poder e espaço no período colonial.